



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

PARTE I
PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE
TERESÓPOLIS

ANO IV - Nº 23-A (EDIÇÃO EXTRAORDINÁRIA)
SEXTA-FEIRA, 19 DE MARÇO DE 2021

WWW.TERESOPOLIS.RJ.LEG.BR

SUMÁRIO

PODER LEGISLATIVO.....	01
Comissão de Licitação	
Controle Interno	
Divisão de Contabilidade	
Divisão de Expediente	01
Divisão de Pessoal	

José Leonardo Vasconcellos de Andrade
Presidente

Fidel Mendes Faria
1º Secretário

Luciano os Santos Candido
2º Secretário

DIVISÃO DE EXPEDIENTE

PORTARIA N. 0142 de 19 de MARÇO de 2021

Institui e define as medidas temporárias de prevenção ao contágio pelo Novo Coronavírus (COVID19), considerando a classificação de pandemia pela Organização Mundial de Saúde (OMS).

José Leonardo Vasconcellos, Presidente da Câmara Municipal de Teresópolis, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Regimento Interno desta Casa;

CONSIDERANDO a necessidade de manter a regularidade dos serviços desta Casa de Leis, com o fito de assegurar o pleno exercício dos serviços prestados aos cidadãos, sem contudo, desprezar a gravidade do quadro em nosso Município, conforme vem sendo divulgado pela Secretaria Municipal de Saúde;

CONSIDERANDO que a classificação da situação mundial do Novo Coronavírus como pandemia significa o risco potencial de a doença infecciosa atingir a população mundial de forma simultânea, não se limitando a locais que já tenham sido identificadas como de transmissão interna;

CONSIDERANDO que o COVID-19, segundo dados divulgados pela OMS, tem taxa de mortalidade que se eleva entre idosos e pessoas com doenças crônicas;

CONSIDERANDO que a adoção de hábitos de higiene básicos aliado com a ampliação de rotinas de limpeza em áreas de circulação são suficientes para a redução significativa do potencial do contágio;

CONSIDERANDO que cabe ao Poder Público reduzir as possibilidades de contágio do coronavírus (Sars-COV-2), causador da doença COVID-19;

CONSIDERANDO que há em vigor Decreto de nº: 5483 de 18 de março de 2021, da lavra do Exmo. Prefeito Municipal de Teresópolis onde estabelece a criação de rodízio de CPF para circulação dos munícipes pelas vias municipais, inclusive para servidores públicos municipais, conforme artigo 4º, §3º do aludido Decreto.

RESOLVE:

Art. 1º. Esta portaria dispõe sobre medidas temporárias de prevenção ao contágio pelo Novo Coronavírus (COVID19) na Câmara Municipal de Teresópolis - CMT, tratando de situação excepcional e transitória.

Art. 2º. Os vereadores, servidores, terceirizados, colaboradores da CMT, bem como quaisquer pessoas que utilizem o serviço do Poder Legislativo Municipal ou ingressem em suas unidades deverão observar rigorosamente as orientações da Secretaria de Estado de Saúde do Governo do Estado do Rio de Janeiro e do Ministério da Saúde sobre medidas de prevenção à disseminação do COVID-19 (coronavírus).

Parágrafo único. É vedado o ingresso nas unidades do Poder Legislativo municipal de pessoa ciente de sua contaminação pelo COVID-19 ou suspeita, nos termos das orientações da Divisão de Pessoal desta Casa Legislativa.

Art. 3º. Qualquer vereador, servidor, terceirizado, colaborador da CMT que apresentar febre ou sintomas respiratórios (tosse seca, dor de garganta, mialgia, cefaleia e prostração, dificuldade para respirar e batimento das asas nasais) passa a ser considerado um caso suspeito de contaminação por COVID-19 e deverá adotar protocolo de atendimento específico indicado pelos órgãos de Saúde.

§ 1º. De forma excepcional, não será exigido o comparecimento físico para perícia médica daqueles que forem diagnosticados como caso suspeito ou confirmado e receberem atestado médico externo.

§ 2º. Nas hipóteses do caput deste artigo, o vereador ou servidor deverá entrar em contato e enviar a cópia digital do atestado endereçado à divisão de pessoal da Câmara Municipal de Teresópolis conforme e-mail a ser divulgado internamente.

§ 4º. Os atestados serão homologados administrativamente.

§ 5º. O vereador, servidor, colaborador, prestador de serviço, terceirizado, que não apresentarem sintomas ao término do período de afastamento deverão retornar às suas atividades normalmente, devendo procurar nova avaliação médica caso os sintomas persistam.

Art. 5º. Caso o vereador ou servidor se enquadre em quaisquer das situações abaixo relacionadas, não deverão comparecer ao ambiente de trabalho, devendo seguir o protocolo dos órgãos públicos de saúde para verificação de caso suspeito de COVID-19:

I – Febre e pelo menos um sinal ou sintoma respiratório (tosse, dificuldade para respirar, batimento das asas nasais entre outros) aliado a histórico de viagem para área com transmissão local, de acordo com a OMS, nos últimos 14 dias anteriores ao aparecimento dos sinais ou sintomas; ou

II - Febre e pelo menos um sinal ou sintoma respiratório (tosse, dificuldade para respirar, batimento das asas nasais entre outros) aliado a histórico de contato próximo de caso suspeito para o coronavírus (2019-nCoV), nos últimos 14 dias anteriores ao aparecimento dos sinais ou sintomas; ou

III – Febre ou pelo menos um sinal ou sintoma respiratório (tosse, dificuldade para respirar, batimento das asas nasais entre outros) e contato próximo de caso confirmado de coronavírus (2019-nCoV) em laboratório, nos últimos 14 dias anteriores ao aparecimento dos sinais ou sintomas.

Parágrafo Único. Nas hipóteses previstas neste artigo, o vereador e/ou servidor deverá entrar em contato telefônico com a Secretaria Municipal de Saúde do Município de Teresópolis e enviar a cópia digital do atestado para e-mail a ser divulgado internamente.

I- Atestado médico, caso tenha sido atendido em uma unidade de saúde;

II – Relato do seu histórico, com a descrição da possível exposição ao coronavírus (2019-nCoV) e do detalhe do itinerário da viagem, do detalhe do contato próximo de caso confirmado de coronavírus (2019-nCoV), com o respectivo atestado médico da pessoa contaminada, ou detalhe do contato próximo de pessoa suspeita de contaminação;

III – Documentos que comprovem situação de exposição ao risco, como por exemplo: passagens áreas próprias ou das pessoas que tiveram contato, reserva de hotel, dentre outros;

IV- Descrição dos sintomas, caso apareçam, após o contato com a situação de risco – sintomas próprios ou daquelas pessoas que o servidor teve contato.

Art. 6º. A chefia imediata deverá comunicar, para fins de registro funcional, à Divisão de Pessoal o afastamento de vereador ou servidor.

Art. 7º. O acesso ao prédio do Legislativo Municipal será restringido ao público a partir do dia 22/03/2021 até 05/04/2021.

§ 1º Durante o período previsto no caput, o acesso às dependências da CMT será limitado a vereadores, funcionários, representantes de órgãos, prestadores de serviços, imprensa e visitantes com autorização expressa da Casa.

a) As chefias dos setores da Câmara devem priorizar o trabalho em regime de escalonamento e *home Office* e se atentar para o disposto no artigo 4º, §3º do Decreto Municipal de nº: 5483 de 18 de março de 2021.

b) Cada Vereador em seu respectivo gabinete, visando evitar a disseminação e contágio do novo corona vírus, deve priorizar o trabalho em regime de escalonamento e *home Office* entre seus assessores e se atentar para o disposto no artigo 4º, §3º do Decreto Municipal de nº: 5483 de 18 de março de 2021;

§ 2º Nas sessões legislativas ordinárias, realizadas terças e quintas-feiras, às 19h, será autorizado o ingresso somente de 1 (um) assessor parlamentar por vereador, seguindo igualmente os critérios anteriormente expostos, visando diminuir o risco de contágio e disseminação da COVID-19.

§3º Caso sejam necessárias ulteriores medidas, esta Presidência as divulgará adequando a presente Portaria e medidas às ulteriores orientações dos Órgãos Públicos de Saúde.

Art. 8º. Esta portaria entra em vigor na data da publicação, produzindo efeitos a partir do dia 22 de março de 2021 até o dia 05/04/2021.

Teresópolis, 19 de março de 2021.

JOSÉ LEONARDO VASCOLCELLOS
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE TERESÓPOLIS

D.O.E.
Diário Oficial Eletrônico
Poder Legislativo de Teresópolis

Criado pela Lei Municipal nº 3.604 de 06/12/2017 .

ASSINADO
DIGITALMENTE